

PRISÃO DO DIRIGENTE XANANA GUSMÃO

NOVA ESCALADA DE VIOLÊNCIA NA POLITICA REPRESSIVA DO REGIME
DITATORIAL DA INDONÉSIA CONTRA O POVO DE TIMOR LESTE

Desde há muito, nomeadamente após o massacre de há um ano no cemitério de Santa Cruz, em Dili, os movimentos de solidariedade com a luta heroica do povo timorense, bem como de um modo geral a opinião pública nacional e internacional vinham chamando a atenção dos órgãos de soberania portugueses e das instituições internacionais, nomeadamente as Nações Unidas, para o perigoso recrudesimento da violência e da repressão sobre a população timorense nos territórios ocupados pela Indonésia.

Tornava-se evidente que a situação exigia medidas mais energicas e consequentes de forma a fazer parar o massacre e dar-se início a um processo de negociações sério e justo.

O governo da Indonésia ignorou e recusou o cumprimento das decisões das Nações Unidas, também porque encontrou na comunidade internacional atitudes de benevolência e de cumplicidade para com a sua política, mormente por parte de alguns países da CE, ao fornecer-lhe ajuda económica e armas, eventualmente usadas para matar e massacrar o povo timorense, como é no concreto o caso da Alemanha e do Reino Unido.

É justo lembrar também a forma ligeira e irresponsável, como o governo da Austrália aceitou negociar o petróleo timorense á revelia da Lei e do Direito Internacional.

É particularmente grave o facto de ver-mos reconhecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, o papel de mediador e negociador, com o apoio da ONU, no processo de paz para o Camboja.

A prisão de Xanana Gusmão constitui um rude golpe para a luta de resistência e de libertação do povo timorense e, é uma pesada derrota para a diplomacia portuguesa e atinge profundamente o prestígio e a dignidade da Organização das Nações Unidas e da comunidade internacional em geral.

Xanana Gusmão deve ser libertado de imediato e sem condições, assim como todos os outros timorenses presos e a Indonésia deve pôr fim às perseguições e à repressão e os direitos humanos e a dignidade do povo maubere devem ser respeitados.

A comunidade internacional não pode continuar a fechar os olhos às sistemáticas violações dos Direitos Humanos - em particular a liberdade de expressão, de reunião e, de um modo geral de opinião - que tem caracterizado a prática ditatorial dos governos do General Suharto na própria Indonésia.

Chamamos a atenção para a eventualidade do governo da Indonésia tentar obter vantagens negociais a partir da circunstância de ter em seu poder o dirigente timorense.

As circunstâncias são propícias à criação de um clima generalizado de suspeição e de desconfiança que os movimentos de solidariedade e a opinião pública deve ter em conta para o entendimento da situação concreta.

Alertamos particularmente os movimentos e organizações da resistência timorense para os perigos que a situação pode acarretar nomeadamente para a indispensável unidade em torno das questões essenciais.

Portugal vê acrescidas as suas responsabilidades e não deve poupar esforços nem meios para fazer respeitar os seus direitos e os direitos do povo timorense de harmonia com o mandato das Nações Unidas. Portugal deve usar de toda a sua autoridade e influência na Comunidade Europeia e na Nato, bem como nas Nações Unidas para isolar e condenar a Indonésia.

Portugal deve exigir que se iniciem urgentemente negociações, com a participação de legítimos representantes do povo timorense, com vista ao cumprimento das decisões das Nações Unidas e que conduzam à autodeterminação e à independência de Timor Leste.

Por último o movimento nacional e internacional de solidariedade com a causa do povo maubere deve intensificar as suas iniciativas num clima e num espírito de grande abertura e unidade, aproveitando-se muito particularmente os planos previstos para evocação de mais um aniversário da invasão de Timor por tropas da Indonésia no próximo dia 7 de Dezembro.

Lisboa, 23. Novembro. 1992

A Direcção Nacional do CPPC